

SENTIDO E RISCOS DA MAXI-DESVALORIZAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 13.12.1979

A desvalorização cambial de 30% e o correspondente pacote de medidas complementares de 7 de dezembro possuem uma série de objetivos óbvios, que foram expressos pelos próprio representantes do Governo e repetidos pelos analistas: estimular as exportações, reduzir os artificialismos representados pelos subsídios, restabelecer o equilíbrio orçamentário federal, e combater a inflação. Suas causas mais diretas são também conhecidas: o caráter valorizado do cruzeiro que ficou mais evidente depois da crise do petróleo, a extraordinária elevação das taxas de inflação, o desequilíbrio do balanço de pagamentos e os altos níveis de endividamento externo.

Entretanto é importante salientar alguns aspectos mais profundos ou estruturais relacionados com a nova política cambial e de combate à inflação.

Em primeiro lugar esta é uma tentativa de restituir racionalidade ou coerência, perdida nos últimos cinco anos de crise, a toda a política econômica do Governo. O discurso do Presidente da República, no qual ele procura de forma sistemática abranger e integrar todas as áreas política econômica de seu governo deixa bem claro esse intuito.

Mais do que isto, esse discurso é um exemplo de como governos conservadores em formações sociais caracterizadas pelo Capitalismo Tecnoburocrático, buscam imprimir ordenação lógica ao processo de acumulação capitalista. Todo um conjunto de medidas vão sendo tomadas, de forma a, por um lado transformar o planejamento econômico em um processo mais dinâmico, e, por outro, dar à política econômica em caráter muito mais global do que as clássicas políticas monetárias, cambiais e fiscais. Temos assim menos do que um planejamento e mais do que uma política econômica: temos uma estratégia econômica.

O caráter tecnoburocrático dessa estratégia define-se pela sua pretensão a racionalidade total; seu caráter capitalista conservador evidencia-se não pelos objetivos explícitos combater a inflação e restabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos e sim pela clara prioridade à acumulação sobre a distribuição. Em todo o discurso do Presidente a ênfase está sempre na estabilidade e no desenvolvimento, ou seja, na acumulação capitalista, além de sempre se procurar afirmar a plena coerência e necessidade lógica das medidas tomadas.

Ainda dentro desse quadro cabe observar que o pretendido restabelecimento das “leis do mercado” ou da “verdade cambial” envolve uma curiosa contradição. O objetivo declarado é aumentar o controle da economia pelos mecanismos automáticos do mercado, mas para isto se monta uma grande estratégia de intervenção tecnoburocrática na economia. Esta contradição, entretanto, é insuperável. Ela apenas sublinha o fato de que a formação social brasileira é tipicamente caracterizada pelo Capitalismo de Estado ou Capitalismo Tecnoburocrático. O Estado se coloca a serviço da acumulação capitalista, mas em contrapartida assume o controle efetivo da economia.

Um segundo elemento estrutural implícito na nova política cambial merece ser salientado. Esta maxidesvalorização caso bem sucedida, poderá constituir-se no marco de uma mudança histórica na política cambial brasileira. O Brasil sempre tendeu a praticar uma taxa de câmbio em que o cruzeiro fosse valorizado em relação ao dólar ou à libra. Esta política explicava-se por duas razões. Em primeiro lugar, apesar de um cruzeiro valorizado, as exportações continuavam lucrativas para os produtores de produtos primários. No caso do café era e é ainda necessário impor uma quota de contribuição além do cruzeiro valorizado. Em segundo lugar, mantendo-se baixa a taxa de câmbio impediam-se as pressões baixistas nos preços em dólares de nossos produtos de exportação.

Nos últimos dez anos, entretanto, assistimos a modificações estruturais em nossa pauta de exportações. Cerca de 50% de nossas exportações são hoje constituídas de produtos manufaturados e semimanufaturados. A variedade de produtos exportados cresceu extraordinariamente.

A solução encontrada para este fenômeno foi a criação dos subsídios à exportação. Mas é claro que hoje uma política de cruzeiro desvalorizado é muito mais coerente, dadas as novas realidades da nossa pauta de exportações. Esta política se completa pela criação do imposto de exportação sobre produtos primários. No passado seria politicamente suicida pretender compensar um cruzeiro realisticamente cotado com impostos de exportações. Era mais fácil manter o imposto de forma disfarçada, através do cruzeiro valorizado. Hoje a relação de forças políticas modificou-se, o setor agro-exportador perdeu peso político, e é possível mudar a política cambial.

Embora coerentes com a lógica do Capitalismo Tecnoburocrático e ajustadas às modificações estruturais por que vem passando a economia brasileira, não há nenhuma garantia quanto ao êxito das novas medidas de política econômica. Tentar impor racionalidade a um mercado capitalista caótico em crise, seja no plano nacional, seja no plano internacional, não será fácil. Especialmente se o Governo responsável por essa medida carece de um mínimo de legitimação política que lhe garanta efetivo poder para levar adiante a estratégia delineada.

O maior risco desta nova política está em ela não vir a ter continuidade devido às pressões inflacionárias que provocara imediatamente. A taxa de desvalorização de 30% por cento foi mais elevada do que se esperava. A médio prazo as suas conseqüências serão anti-inflacionárias, especialmente na medida em que permitirão o reequilíbrio do orçamento federal. No curto prazo, porém, as empresas certamente repassam os aumentos de custo para os preços. Isto acelerará a inflação. Dado o caráter fortemente oligopolista da economia brasileira, estes repasses provavelmente terão uma dimensão e um grau de permanência no tempo maiores do que um economista neoclássico, acostumado a pressupor concorrência perfeita, poderia prever. Em conseqüência o espiral inflacionário poderá acelerar-se, anulando os efeitos antiinflacionários de médio prazo.

Este fenômeno poderá agravar-se se o Governo, diante da imediata aceleração das taxas de inflação, sentir-se intimidado e passar a usar a política de mini-desvalorização de forma irrealista, definindo taxas de desvalorização menores do que as necessárias. Isto poderá acontecer com o argumento contraditório de que mini-desvalorizações muito elevadas seriam inflacionárias. Caso isto venha a ocorrer, os efeitos da

maxidesvalorização serão aos poucos anulados, e ficaremos apenas com seus efeitos negativos, inflacionários, de curto prazo.

Os economistas da oposição, entre os quais me incluo, deverão ficar atentos a estas eventuais evoluções. E também aos possíveis efeitos concentradores de renda das medidas. Neste sentido, toda política econômica que privilegia a exportação em prejuízo do consumo interno das classes trabalhadoras é concentradora de renda.

É preciso admitir, entretanto, que o reequilíbrio do balanço de pagamentos do país é medida prioritária. É inclusive condição de independência nacional. Nestes termos, não podemos criticar as medidas tomadas. Não está assegurado que, com elas, lograremos encaminhar a solução do problema. Será preciso ver, por exemplo, qual é a elasticidade-preço das normas produtos manufaturados exportados. Mas é preciso admitir que elas se encontrem no rumo certo.

Se estas medidas têm efeitos regressivos sobre a distribuição da renda, é preciso tomar outras medidas compensatórias em matéria de política salarial, política de despesas públicas, política tributária. Existe no Brasil uma política de acumulação de capital não uma política de distribuição de renda. Embora seja a concentração de renda, e a decorrente pobreza absoluta de grande parte da população, o mais grave problema econômico deste país, o Governo não está fazendo nada ou praticamente nada para resolvê-lo. A nova política salarial é uma mera distribuição de salários entre assalariados. Não há mudança na política tributária, nem uma orientação das despesas públicas para o consumo social dos trabalhadores. O Governo não esconde sua condição de representante exclusivo do capital. E o capital tem a sua própria lógica, ainda que tecnoburocraticamente regulamentada, como a política econômica iniciada com a maxidesvalorização deixou mais uma vez claro.(13/12)